

GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO – SST
DIRETORIA DE TRABALHO E EMPREGO – DITE
COORDENAÇÃO ESTADUAL DO SISTEMA NACIONAL DE EMPREGO – SINE
SETOR DE INFORMAÇÃO E ANÁLISE DO MERCADO DE TRABALHO FORMAL

**PERFIL DOS TRABALHADORES DOMÉSTICOS EM SANTA
CATARINA - 2010**

TEXTO PARA DISCUSSÃO N° 2/2013

Florianópolis, abril de 2013.

AUTORES

LEANDRO DOS SANTOS, sociólogo.

PIETRO CALDEIRINI ARUTO, economista.

APRESENTAÇÃO

Promulgada nesta última quarta-feira, dia 03 de abril de 2013, o Projeto de Emenda Constitucional nº 66, chamada “PEC das Domésticas”, equipara os direitos trabalhistas dos empregados domésticos aos dos trabalhadores formais. Com a mudança os trabalhadores domésticos passam a ter garantidos direitos como salário-mínimo, férias proporcionais, horas extras, adicional noturno e o FGTS, entre outros, que antes era facultado ao empregador.

Tendo em vista essa nova, importante e justa regulamentação, o setor de Informação e Análise do Mercado de Trabalho, vinculado à Secretaria de Assistência Social, Trabalho e Habitação – SST, traz a público os principais dados estatísticos sobre a posição dos trabalhadores domésticos na estrutura do mercado de trabalho nacional e estadual, com base nos resultados da última pesquisa censitária do IBGE realizada em 2010.

PERFIL DOS TRABALHADORES DOMÉSTICOS

No Brasil, o total de trabalhadores domésticos representa 6,9% dos ocupados com rendimento do trabalho principal. Já em Santa Catarina essa proporção de domésticos é inferior, respondendo por 4,5% dos ocupados (tabela 1). No que diz respeito especificamente ao mercado de trabalho feminino a participação dos trabalhadores domésticos é bem superior. A proporção de trabalhadoras domésticas atinge 15,1% das mulheres ocupadas no Brasil e 9,4% no estado Catarinense.

Quanto à questão de formalidade do posto de trabalho, em Santa Catarina a proporção de trabalhadores domésticos com carteira assinada é quase 10% superior a média nacional. Entretanto, mesmo no mercado de trabalho catarinense, o total de domésticos com carteira assinada não chega à metade do total de ocupados nessa posição, atingindo 42,7%. Outra diferença marcante em relação ao Brasil, é que enquanto a nível nacional a proporção de homens na posição de domésticos com carteira assinada é maior do que entre as mulheres (40,6% contra 33,3%), em território catarinense a relação é inversa. Aqui a proporção de mulheres domésticas com carteira assinada é de 43,1% contra 37,5% entre os homens.

Mesmo sem carteira de trabalho assinada, há no Brasil a opção de contribuir para o instituto de previdência e com isso ter acesso a uma série de direitos. Entretanto, no que diz respeito aos trabalhadores domésticos a proporção dos que realizam tal contribuição é bem pequena, representando 9,4% do total em Santa Catarina e 6,7% no Brasil. Tanto a nível nacional

quanto estadual, a proporção dos que contribuem sem carteira assinada é maior entre as mulheres do que entre os homens.

TABELA 1: Quantidade e proporção dos trabalhadores domésticos e contribuição para instituto de previdência oficial no trabalho principal, segundo o sexo – Brasil e Santa Catarina, 2010.

Sexo	Posição na ocupação e contribuição para instituto de previdência oficial no trabalho principal	BRASIL		SANTA CATARINA	
		Total	%	Total	%
T o t a l	a) Total de ocupados	86.353.839		3.408.833	
	b) trabalhadores domésticos (b/a)	5.964.950	6,9	153.519	4,5
	c) trabalhadores domésticos - com carteira de trabalho assinada (c/b)	2.017.942	33,8	65.477	42,7
	d) trabalhadores domésticos - sem carteira de trabalho assinada (d/b)	3.947.008	66,2	88.042	57,3
	e) trabalhadores domésticos - sem carteira de trabalho assinada - contribuintes (e/d)	264.459	6,7	8.277	9,4
	f) trabalhadores domésticos - sem carteira de trabalho assinada - não contribuintes (f/d)	3.682.549	93,3	79.765	90,6
H o m e n s	a) Total de ocupados	49.823.312		1.903.338	
	b) trabalhadores domésticos (b/a)	437.514	0,9	11.726	0,6
	c) trabalhadores domésticos - com carteira de trabalho assinada (c/b)	177.663	40,6	4.400	37,5
	d) trabalhadores domésticos - sem carteira de trabalho assinada (d/b)	259.851	59,4	7.326	62,5
	e) trabalhadores domésticos - sem carteira de trabalho assinada - contribuintes (e/d)	15.219	5,9	425	5,8
	f) trabalhadores domésticos - sem carteira de trabalho assinada - não contribuintes (f/d)	244.632	94,1	6.901	94,2
M u l h e r e s	a) Total de ocupados	36.530.527		1.505.495	
	b) trabalhadores domésticos (b/a)	5.527.436	15,1	141.793	9,4
	c) trabalhadores domésticos - com carteira de trabalho assinada (c/b)	1.840.278	33,3	61.077	43,1
	d) trabalhadores domésticos - sem carteira de trabalho assinada (d/b)	3.687.158	66,7	80.716	56,9
	e) trabalhadores domésticos - sem carteira de trabalho assinada - contribuintes (e/d)	249.241	6,8	7.852	9,7
	f) trabalhadores domésticos - sem carteira de trabalho assinada - não contribuintes (f/d)	3.437.917	93,2	72.864	90,3

Fonte: IBGE/CENSO 2010; Elaboração: setor de Informação e Análise do Mercado de Trabalho - SST

De acordo com a tabela 2, os mais de cento e cinquenta mil trabalhadores domésticos em Santa Catarina registrados em 2010 contavam com uma distribuição relativamente homogênea sobre todo o território catarinense: 21,4% na região Oeste; 21,3% no Vale do Itajaí; 17,9% no Norte; 17,7% na Grande Florianópolis; 13,8% no Sul Catarinense; e, 7,6% na região Serrana. Em termos de formalização dos contratos de trabalho, com exceção da região Serrana (28,5%), todas as demais possuíam uma proporção de trabalhadores domésticos com carteira de trabalho assinada em um patamar superior que a média brasileira (33,8%), sendo que os maiores níveis nesse quesito estavam no Vale do Itajaí (46%) e, principalmente, na Grande Florianópolis (56,3%).

Tabela 2: Trabalhadores domésticos segundo formalização do contrato de trabalho – Brasil, Santa Catarina e mesorregiões catarinense, 2010

Brasil	Total	%
Total trabalhadores domésticos	5.964.950	100
trabalhadores domésticos - com carteira de trabalho	2.017.942	33,8
trabalhadores domésticos - sem carteira de trabalho	3.947.008	66,2
Santa Catarina	Total	%
Total trabalhadores domésticos	153.520	100
trabalhadores domésticos - com carteira de trabalho	65.477	42,7
trabalhadores domésticos - sem carteira de trabalho	88.042	57,3
Oeste Catarinense	Total	%
Total trabalhadores domésticos	32.926	100
trabalhadores domésticos - com carteira de trabalho	12.587	38,2
trabalhadores domésticos - sem carteira de trabalho	20.339	61,8
Norte Catarinense	Total	%
Total trabalhadores domésticos	27.587	100
trabalhadores domésticos - com carteira de trabalho	10.735	38,9
trabalhadores domésticos - sem carteira de trabalho	16.852	61,1
Serrana	Total	%
Total trabalhadores domésticos	11.731	100
trabalhadores domésticos - com carteira de trabalho	3.339	28,5
trabalhadores domésticos - sem carteira de trabalho	8.392	71,5
Vale do Itajaí	Total	%
Total trabalhadores domésticos	32.801	100
trabalhadores domésticos - com carteira de trabalho	15.076	46,0
trabalhadores domésticos - sem carteira de trabalho	17.724	54,0
Grande Florianópolis	Total	%
Total trabalhadores domésticos	27.206	100
trabalhadores domésticos - com carteira de trabalho	15.311	56,3
trabalhadores domésticos - sem carteira de trabalho	11.895	43,7
Sul Catarinense	Total	%
Total trabalhadores domésticos	21.269	100
trabalhadores domésticos - com carteira de trabalho	8.429	39,6
trabalhadores domésticos - sem carteira de trabalho	12.840	60,4

Fonte: Censo/IBGE; Elaboração: setor de informação e análise do mercado de trabalho-DITE/SST

Quanto ao nível de instrução, os dados do Censo revelam a diferença de escolarização entre dos trabalhadores domésticos em relação aos ocupados em geral. Enquanto 38,5% dos ocupados no Brasil se encontram sem instrução e fundamental incompleto, os trabalhadores domésticos nesse nível de instrução atingem 60,8% - taxas essas que não diferem significativamente do verificado em Santa Catarina.

Ao levarmos em consideração o somatório de pessoas com até o nível de ensino médio incompleto (coluna 1 + coluna 2 da tabela 3), enquanto entre os ocupados em geral a participação é de 56% do total, entre os empregados domésticos a proporção chega a 82% do total.

TABELA 3: Proporção (em %) do total de ocupados e dos trabalhadores domésticos por nível de instrução – Brasil e Santa Catarina, 2010.

Unidade	Posição na Ocupação	Sem instrução e fundamental incompleto	Fundamental completo e médio incompleto	Médio completo e superior incompleto	Superior completo	Não determinado
B R	Total de ocupados	38,5	17,8	30,7	12,7	0,4
	Trabalhadores domésticos	60,8	21,8	16,5	0,5	0,4
	com carteira de trabalho assinada	58,0	22,2	18,9	0,6	0,4
	sem carteira de trabalho assinada	62,3	21,7	15,2	0,4	0,4
S C	Total de ocupados	34,5	20,7	31,3	13,1	0,3
	Trabalhadores domésticos	60,5	23,2	15,2	0,8	0,3
	com carteira de trabalho assinada	59,2	22,4	17,3	0,8	0,2
	sem carteira de trabalho assinada	61,5	23,8	13,6	0,7	0,4

Fonte: IBGE/CENSO 2010; Elaboração: setor de Informação e Análise do Mercado de Trabalho

No que se refere às horas trabalhadas pelos trabalhadores domésticos em 2010, em Santa Catarina há uma distinção entre as faixas de horas trabalhadas de acordo com a formalização do contrato de trabalho (tabela 4). Em 2010, a maioria (52,1%) dos trabalhadores domésticos do Estado que possuíam carteira de trabalho assinada trabalhavam entre 40 horas e 44 horas semanais, um pouco superior à média brasileira (48,7%). Já os trabalhadores domésticos catarinenses sem carteira de trabalho assinada em sua maioria (58%) desempenhavam suas ocupações em até 39 horas semanais, novamente em um nível superior ao constatado no Brasil (49%).

Tabela 4: Trabalhadores domésticos segundo formalização do contrato de trabalho por faixas de horas trabalhadas durante a semana– Brasil e Santa, 2010

Contribuição à Previdência	Faixas de horas trabalhadas durante a semana dos Trabalhadores domésticos	BRASIL		SANTA CATARINA	
		Total	%	Total	%
Com Carteira de Trabalho	Até 39 horas	419.811	20,8	19.095	29,2
	40 a 44 horas	983.514	48,7	34.096	52,1
	45 ou mais horas	614.616	30,5	12.286	18,8
Sem Carteira de Trabalho	Até 39 horas	1.931.504	48,9	51.017	57,9
	40 a 44 horas	1.191.528	30,2	25.949	29,5
	45 ou mais horas	823.976	20,9	11.075	12,6

Fonte: Censo/IBGE; Elaboração: setor de informação e análise do mercado de trabalho-DITE/SST

Por último, é possível analisar o rendimento médio real dos trabalhadores domésticos em Santa Catarina de acordo com o sexo e a formalização do contrato de trabalho, conforme destacado na tabela 5. Em todos os quesitos levantados os rendimentos dos trabalhadores domésticos catarinenses eram superiores aos respectivos do Brasil. Mesmo assim, o patamar que os trabalhadores domésticos catarinenses receberam era baixo, em torno de R\$ 691, o que

corresponde a menos do que a metade do rendimento médio do trabalhador catarinense (R\$ 1.612). Além do menor rendimento frente ao valor recebido pelos ocupados em geral, há uma desigualdade presente entre trabalhadores domésticos concernente ao sexo, quando em 2010 os homens receberam R\$935 e as mulheres, R\$672.

Tabela 5: Rendimento médio real (INPC de fevereiro de 2013) em R\$ dos trabalhadores domésticos segundo sexo e condição de formalização do contrato de trabalho– Brasil e Santa Catarina, 2010*

Sexo	Rendimento médio mensal	BRASIL	SANTA CATARINA
		Total	Total
Total	Total Ocupados	1.513,50	1.612,60
	Total Trabalhadores domésticos	560,92	691,67
	com carteira de trabalho assinada	749,70	814,63
	sem carteira de trabalho assinada	460,19	594,42
Homens	Total Ocupados	1.700,51	1.876,18
	Total Trabalhadores domésticos	793,98	935,32
	com carteira de trabalho assinada	978,26	1.182,45
	sem carteira de trabalho assinada	657,78	772,07
Mulheres	Total Ocupados	1.253,25	1.270,47
	Total Trabalhadores domésticos	542,82	672,03
	com carteira de trabalho assinada	727,64	788,14
	sem carteira de trabalho assinada	446,77	578,87

Fonte: Censo/IBGE; Elaboração: setor de informação e análise do mercado de trabalho - DITE/SST

*exclusive trabalhadores sem rendimento

O mesmo se verifica quando se analisa o nível de rendimento de acordo com a formalização do contrato de trabalho, uma vez que, para ambos os sexos, a assinatura da carteira de trabalho correspondeu a um maior patamar de rendimento. Diante disso, são importantes tanto as políticas que incentivam a formalização das ocupações, quanto às que elevam o salário mínimo. Isso pode ser visto no caso das trabalhadoras domésticas catarinenses sem carteira de trabalho assinada que, por estarem na informalidade, recebiam em média um rendimento menor do previsto pela lei estadual do salário mínimo regional (a qual estipulou em 2013 um salário de R\$765 para essa categoria), diferentemente do que se verificou para as trabalhadoras domésticas com carteira de trabalho assinada.